



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

A INSERÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NO TRÁFICO DE DROGAS: REFLEXÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE GARANTIAS.

Muriel Magalhães Machado ¹
Camila Mabel Kuhn ²

RESUMO

O presente trabalho se propõe a uma análise crítica da relação entre a mídia e práticas em desconformidades com a lei cometidas por jovens e adolescentes, através de pesquisa bibliográfica e documental com método indutivo/dedutivo. Isto se dá do contato com os dados da pesquisa "Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro", realizada pelo Observatório de Favelas do Estado do Rio de Janeiro combinando psicologia social e criminologia, na tentativa de compreender as motivações e a dinâmica de contato do jovem com os atos em desconformidade com a lei, e as consequências dos reflexos midiáticos na formação deste jovem. Concluindo a pesquisa com a análise do potencial positivo da utilização de mídias alternativas como ferramenta de emponderamento da comunidade e consequentemente do jovem vulnerável, e como meio de acesso a direitos e garantias fundamentais.

Palavras-chave: criança e adolescente; mídia; psicologia social; tráfico de drogas.

ABSTRACT

This paper propose a critical analysis of the relationship between the media and practices discontinuities with the law committed by young people and adolescents, through bibliographical and documentary research with inductive/deductive method. This is from the contact with the survey data "Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro" from Observatório de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, combining social psychology and criminology, in trying to understand the motivations and dynamics of the contact young man with the acts in violation of the law, and the consequences of media effects on the formation of this young man. Completing the research examining the positive potential of the use of alternative media as empowerment tool of the community and consequently the vulnerable young, and as a means of access to fundamental rights and guarantees.

Key-words: children and adolescents; media; social psychology; drug traffic.

¹Graduada em direito pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis. Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade do Vale do Itajaí e Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio de Jesus. Residente de Pós-Graduação no Ministério Público do Estado de Santa Catarina e pesquisadora livre. murielmmachado@gmail.com

²Graduada em direito pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis. Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade do Vale do Itajaí. Membro do Grupo de Estudos OJE - Observatório de Justiça Ecológica do CCJ/UFSC e do Grupo de Pesquisa e Extensão Oirã também da USFC. Advogada e pesquisadora livre. camilamkuhn@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum a mídia trazer questões referentes à suposta “delinquência juvenil”, já que este fenômeno geralmente é identificado na figura do jovem que pratica algum tipo de ato em desconformidade com a lei como se fosse algo intrínseco à sua personalidade e ao seu caráter.

Tendo em vista que a mídia vem cada vez mais, se diversificado através de inúmeros meios de comunicação (revistas, jornais, televisão e rádio), de forma cada vez mais instantânea (internet e redes sociais) e vem ocupando um lugar proeminente no cotidiano e por sua vez, na formação de opinião dos indivíduos políticos, torna-se necessário produzir reflexões críticas acerca da suposta “delinquência juvenil”.

Em um primeiro momento, buscar-se-á analisar as informações obtidas por meio da pesquisa “Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006”, realizada pelo Observatório de Favelas do Estado do Rio de Janeiro³, o qual teve contato com 230 jovens, entre 11 e 24 anos, e abordou aspectos sobre a sua origem familiar, trajetória escolar, experiências de trabalho, preferências de lazer, redes sociais bem como o processo para a inserção e atuação na rede do tráfico de drogas.

No segundo capítulo deste trabalho, irá se refletir sobre esse fenômeno a partir da psicologia social, já que a mesma propõe a dialética entre sujeito e contexto, onde somos constituídos como sujeito por meio de nosso contexto social, é na relação com o outro que nos subjetivamos, o sujeito e o contexto na dinâmica da dialética. E uma análise criminológica, para tentar compreender quais às motivações e reais desejos, o poder da auto realização, da conquista pelo reconhecimento diante da família, da comunidade e até mesmo diante a sociedade em geral, e de como estes fatores sociais exercerão influência em seu comportamento, atitudes e escolhas de vida.

No terceiro momento, irá se averiguar qual a importância dos reflexos midiáticos no contexto de formação desses jovens, na construção de seus valores, desejos e perspectivas, destacando a importância desse instrumento, tanto para combater a inserção dos jovens no tráfico, como para garantir direitos fundamentais e dar voz a periferia.

³O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. Disponível em:



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Sendo assim, a partir de uma pesquisa de cunho metodológico dedutivo/indutivo, com análise crítica de fenômenos sociais, o trabalho se propõem a uma análise da possibilidade de uma (re) invenção de estratégias intervencionistas, de cunho tanto preventivo como reabilitador, refletindo sobre a fomentação dessas políticas públicas e sociais usando como ferramenta a mídia comunitária, modelo alternativo que se apresenta como possível meio de garantir o discurso e o acesso aos jovens e a comunidade de valores e programas sociais que vem ao encontro das garantias fundamentais.

1 PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ENVOLVIDA NO TRÁFICO DE DROGAS

A pesquisa utilizada como base no artigo vem reafirmar como a carência dos direitos fundamentais que são deveres tanto do Estado, como da sociedade e da família, dentre eles o direito à vida, à saúde, à dignidade, à educação e tantos outros elencados no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil são um dos fatores primordiais que resultam no contato do jovem brasileiro com o crime e principalmente com o tráfico de drogas.

Observa-se que a pesquisa realizada coloca que maioria dos jovens que atuam no tráfico de drogas possui idade entre 15 a 19, e o seu ingresso ao mundo do crime, na sua grande maioria, começa por volta dos 13 anos, destacando a prematuridade em que a criança e o adolescente acabam tendo contato com a criminalidade.

Na maioria das vezes esse ingresso decorre de diversos fatores sociais e familiares que, de acordo com Soares⁴ “a rejeição vivida em casa, por vezes estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola que não encanta não atrai, não seduz o imaginário do jovem e não valoriza seus alunos.”

Pode-se também notar que o jovem acaba se rendendo as “vantagens” imediatas, ao sentimento de auto realização, de reconhecimento que o poder atribuído ao tráfico produz, pois, conforme Veronese⁵:

“[...] adolescência envolvida com a criminalidade se constrói a partir da negação de direitos - escola, saúde, família, profissionalização...”, explicitando que, dentre alguns motivos, a “falta” de qualidade nos

⁴ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 208.

⁵ VERONESE, Josiane Petry. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Ed. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2001, p. 34

3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE

EDIÇÃO 2015

V CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES E DOCENTES DE DIREITO E INFORMÁTICA - REDE CIIDDI



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

direitos fundamentais do ser humano acabam resultando na inserção do adolescente na atividade do tráfico de drogas.

Em relação à questão étnica, a maioria dos jovens envolvidos no tráfico são negros e pardos, ou seja, se encontram em 2 (dois) grupos sociais estigmatizados e incluídos de forma perversa na sociedade: os negros e os pobres. A questão da raça, etnia e classe social produz um estereótipo em relação a estes jovens que passam a ser retratados pela mídia e significados pela sociedade como um mal que tem que ser eliminado. Isso pode ser exemplificado no fato do jovem negro e pobre ser a principal vítima dos homicídios que ocorrem no Brasil, como confirma a Souza e Silva⁶:

No que se refere à questão étnica e racial, os dados obtidos indicam um predomínio de negros e pardos. Estas duas categorias reúnem 63% dos entrevistados. Refletir sobre a dimensão racial na rede do tráfico de drogas no varejo é de fundamental importância, pois sabemos que hoje as principais vítimas de homicídios no Brasil são jovens, negros e moradores de espaços populares. A atuação das forças de segurança pautadas em políticas repressivas e seletivas tem recaído sobre a juventude negra em todo o território nacional, afetando especialmente os moradores das favelas e periferias dos grandes centros urbanos.

Complementa Passetti⁷ que “o Estado mostra-se como violentador quando não supre as carências de crianças cujas condições econômicas são por ele consideradas insatisfatórias”. Assim, conclui-se que com seu posicionamento, que o Estado legitima a violência e ao mesmo tempo é omissivo quando não a combate por meios competentes.

Não se pode esquecer que a sociedade civil também se torna responsável, ao ter consciência da grandeza que é a participação política e social de cada cidadão, que muitas vezes com sua omissão acaba contribuindo para esse ciclo de preconceito, exclusão e violência. Além da estrutura familiar desses jovens, que se mostra bem precária tanto em relação à questão familiar, quanto emocional e ainda há um outro agravante que é a renda dessas famílias, conforme relata a pesquisa⁸.

A maioria das famílias tem renda salarial que não chega a alcançar o valor superior a três salários mínimos e por apresentar famílias muito numerosas não consegue suprir as necessidades básicas e assim se torna dependente dos serviços estatais que em sua maioria se mostram bastante precários, principalmente nas grandes metrópoles. A maior parte da

⁶SOUZA e SILVA, Jailson. *Violência nas comunidades e nas ruas. Até quando?* . In: UNICEF (org.). Direitos Negados. A violência contra a criança e o adolescente no Brasil. Brasília, UNICEF, 2005.

⁷PASSETTI, Edson. *Violentados: crianças, adolescentes, justiça*. São Paulo: Imaginário, 1995, p.55.

⁸SILVA, Joelson de Souza. “Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006”. Observatório de Favelas. Rio de Janeiro. 2006, p. 19.



renda é resultado de atividades relacionadas com o mercado de trabalho e uma parcela pequena possui parentes envolvidos no tráfico. Destaca o estudo realizado pelo supracitado Observatório que:

Mais da metade dos entrevistados respondeu que não tinha nenhum familiar empregado no tráfico. No entanto, seis adolescentes afirmaram ter o pai envolvido nesta atividade e uma mãe apareceu na mesma situação. O maior número de parentes vinculados ao tráfico de drogas é composto por tios (10), irmãos (32) e primos (41).

A estrutura familiar apresenta de forma predominante uma organização monoparental, matrifocais⁹, e isso mostra como a questão está diretamente relacionada ao “processo de feminização da pobreza” no país. Este fenômeno é agravado pelas desigualdades presentes nas relações de gênero resultando numa falta de estabilidade maior ainda, já que as mulheres ainda perecem no mercado de trabalho, tanto na questão da busca pela igualdade salarial, quanto ao acesso no mercado de trabalho.

A pesquisa realizada pelo referido Observatório¹⁰ indica ainda, que no caso da formação acadêmica, uma minoria de apenas 30% chegaram a concluir até a 5^a série. O abandono escolar acaba sendo uma das causas que leva o jovem a entrar para a rede do tráfico de drogas, já que a maioria começa a ter contato com o crime a partir dos 12 anos. Eles justificam a saída das salas de aula pela necessidade de uma renda imediata e o grande desinteresse que o âmbito escolar provoca. Soares¹¹ ao indagar a um dos traficantes entrevistados se “eles não se envergonhavam de escravizar crianças?” e corrobora o traficante ao frisar que:

[...] todo mundo acha que dar esmola ou abrir uma creche para dez crianças é uma maneira de livrar a alma do inferno, mas que só conhece a real situação da miséria quem a vive. A maioria tem necessidade imediata de comer, não de estudar. [...] é preciso vontade de trabalhar, de lutar, de viver, e isso é algo que também precisa ser ensinado.

Acrescenta o Observatório de Favelas, que a maioria dos jovens entrevistados relata um discurso de grande vantagem financeira, de visibilidade e prestígio perante a comunidade, já que “a vantagem de estar na vida do crime é arrumar dinheiro. Só isso, ter dinheiro no bolso, ter dinheiro direto. Nunca vou estar duro... É um dinheiro maldito, mas é um dinheiro rápido que a gente tem necessidade.”

⁹SILVA, 2006, p. 12.

¹⁰ Op. Cit., p. 12

¹¹ATHAYDE, 2005, p. 42 e 43.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Ressalta-se ainda, que cerca de sessenta por cento dos adolescentes e crianças entrevistadas tiveram experiências de trabalho antes de se envolverem no crime, e mais da metade possui carteira de trabalho, o que mostra um interesse em fazer parte do mercado de trabalho formal.¹²

É preciso tentar compreender porque as suas experiências profissionais não sustentaram a sua permanência no mercado de trabalho e como a rede ilícita se apresenta como uma opção mais atrativa. Soares¹³ observa e salienta a importância da sociedade tomar consciência de que “por trás de uma arma, tem um coração batendo; que é preciso uma grande intervenção política no país para que não estejamos fadados à escravidão de seres humanos”, percebe-se que cada vez mais se mostra essencial trocar as lentes¹⁴ para as relações, para esses jovens que acabam se tornando estatística da violência, visto como algozes, enjaulados, desnudos de direitos e garantias, invisíveis perante a sociedade.

2 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS PRESENTES NO PROCESSO DE INSERÇÃO DE JOVENS NO TRÁFICO DE DROGAS

A psicologia social é uma das linhas da ciência psicológica que emerge na América Latina com o objetivo de reformular o campo de atuação do psicólogo que, até este momento histórico (década de 60), limitava-se, majoritariamente, na atuação clínica. Não desmerecendo este campo de atuação, que se revela fundamental para a nossa sociedade, porém, notava-se que a psicologia precisava estar voltada para os problemas sociais, explica Lane¹⁵. Então, inicia-se uma nova empreitada da psicologia que começa atuar em comunidades, ONGs, movimentos sociais, entre outros, com a finalidade de contribuir com a transformação da sociedade, tornando-a cada vez mais democrática e justa para os cidadãos. Surge então, dentre outros, o interesse em estudar criminalidade, juventude, favelas e políticas públicas, complementa Faar¹⁶.

¹²SILVA, 2006, p.13.

¹³ATHA YDE, 2005, p. 31.

¹⁴Termo utilizado por Howard Zehr para se referir a mudança de paradigmas. ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 167 à 168.

¹⁵LANE, Silvia Maurer; SAWAI, B.B. (Eds). **Avanços da Psicologia Social na América Latina. Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁶FAAR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna**. 6^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE

EDIÇÃO 2015



V CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES E DOCENTES DE DIREITO E INFORMÁTICA - REDE CIIDDI



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

A psicologia social da América Latina, denominada **Psicologia Social Crítica**, vem se contrapor com a visão desenvolvimentista e abstrata do conceito de adolescência, combatendo a perspectiva individualista, ela é voltada para relação dialética entre sujeito e contexto, para que assim possamos entender a constituição destes sujeitos e a formação das suas respectivas identidades.

Faar¹⁷ acentua que até então, o adolescente era visto pela maioria das psicologias como uma etapa necessária, demarcada por faixas etárias, que comportamentos e atitudes estavam presentes em todos adolescentes. Esta visão universal e abstrata da adolescência pouco ou nada ajuda quando buscamos compreender jovens de contextos de periferias ou favelas em que suas demandas e desejos são substancialmente diferentes dos jovens de classe média e alta.

Neste sentido, opta-se por trabalhar com o conceito de Groppo¹⁸ que define a juventude como uma categoria sociológica, ou seja, não se trata de algo inerente ao adolescente, mas sim, uma produção social, sustentadas pelas questões de classe, história, cultura, gênero, raça e etnia que vem definir o que é ser jovem em determinados contextos. Portanto, não podemos pensar em juventude, mas sim em juventudes, já que estes grupos mostram-se cada vez mais diversos, heterogêneos, e múltiplos, sendo que os contextos que eles se constituem também os são.

O grupo de jovens oriundos de favelas ou periferias sofrem constantemente dois fenômenos no cotidiano de suas vidas: o preconceito e o processo de invisibilização social. Ambos os processos são resultados de processos históricos sustentados nas relações sociais que podem, dependendo dos sujeitos singulares, perpetuar ou questionar os ideais, modelos e referenciais indentidários disseminados e almejados.

O processo de preconceito é definido por SUDA e SOUZA¹⁹ (2006) como um processo de categorização do objeto que não tem a possibilidade de se revelar ao outro, pois este já tem um estereótipo pré-formado que o impede concebê-lo por novos processos de significação. Em outras palavras, quando um sujeito pertence a um grupo socialmente discriminado e subjugado, este sofre um processo de estereotipia em que o outro não o

¹⁷FAAR, 2004.

¹⁸GROPPÓ, Luis Antônio. *Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

¹⁹SUDA, Joyce; SOUZA, Lídio. (2006). *Identidade social em movimento:comunidade japonesa na grande Vitória*. *Psico*, v. 8, n.2, p.72-80.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

percebe como sujeito singular, mas apenas o identifica a partir dos traços, no caso, preconceituosos, da identidade coletiva de seu grupo.

Ao deslocarmos esta análise teórica para o grupo social de jovens negros, pobres e moradores de favela ou periferia, nota-se que estes sujeitos são marcados por diversos tipos de estigmas que marcam seu corpo, sua subjetividade e seu modo de vida. Pertencer a uma classe social desfavorecida economicamente, morar em favela e ser negro, tornam-se ingredientes poderosos para gerar preconceito e atitudes discriminatórias em relação a estes jovens. Se por uma lado este pode ser um mecanismo de defesa, por outro, ele precisa ser constantemente problematizado pelo sujeito para que não assuma uma postura alienada e excludente de sujeitos que também são portadores de direitos e de subjetividades.

De acordo com estudo realizado por Guareschi²⁰, o grupo de jovens de periferia é identificado pela sociedade como se todos fossem iguais, pertencentes à mesma identidade coletiva marcada por características como marginalidade, periculosidade e criminalidade, ou, nas palavras de moradores de favela investigados no referido estudo, “malandro”, “traficante”, “marginal” e “que fica nas ruas o tempo todo”.

Quando as relações são sustentadas pelo preconceito, a singularidade é massacrada pelas marcas coletivas da identidade do grupo que o sujeito pertence. Neste sentido, geralmente quando nos deparamos com um jovem, negro, pobre e morador de favela, acionamos todas as representações sociais que historicamente a sociedade (sujeitos, instituições, mídia, entre outros) atribui a este grupo.

Torna-se necessário, então, realizar pesquisas e intervenções que forneça espaço para estes jovens serem visibilizados conforme sua multiplicidade e heterogeneidade que marca todo e qualquer grupo social, para que possamos descristalizar este conjunto de representações sociais que estereotipa e discrimina estes sujeitos.

O jovem da periferia acaba sendo visto como uma verdadeira ameaça social que cotidianamente acaba sendo taxado por nascer e viver e, dessa maneira, a sociedade

²⁰ GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; OLIVEIRA, Fernanda Pacheco; GIANECHINNI, Letícia Goldenberg; COMUNELLO, Luciele Nardini; PACHECO, Milena Leal. *Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela*. *Psicologia em estudo*. Vol. 8, n.1, p. 45-53, 2003.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

“justifica” a adoção de atitudes preconceituosas, onde o seu primeiro alvo será os que se encaixam nesse perfil, como destaca Soares²¹:

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito.... Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato dela existir... o preconceito arma o medo que dispara a violência preventivamente.

Conforme Strey²² (2007), o diferente nos causa estranheza, medo e desconforto, logo, tentamos ignorá-lo ou invisibilizá-lo. O processo de invisibilização social foi amplamente estudado pelo psicólogo social Costa²³ que realizou uma pesquisa participante em que buscou investigar o processo de invisibilização social que alguns grupos, como faxineiras, porteiros, motoristas, jardineiros, moradores rurais, entre outros, encontram-se em situações de subordinação e passam a se tornar invisíveis pela sociedade.

No caso desta pesquisa, o pesquisador tornou-se um gari de rua da USP, temporariamente, para experienciar o lugar social que os garis vivenciam cotidianamente. O autor destaca que muitos colegas do Departamento que trabalhava com ele não o notavam ou reconheciam quando estava vestido de gari.

Após esta experiência, o autor destaca que, no caso destas ocupações desvalorizadas, a única dimensão que fica presentificada é a sua função social, e o sujeito singular só aparece quando deixa de cumpri-la. Por exemplo, o grupo de lixeiro só toma importância para a sociedade quando realiza greve e os lixos dominam a cidade, assim, ao deixar de cumprir sua função social, o lixeiro é lembrado por todos. Conforme Costa²⁴, a visibilidade só acontece pela ausência, enquanto que a presença deste sujeito torna-se invisível no cotidiano:

A invisibilidade pública consiste no “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens”, afirmando-se como “expressão pontiaguda de dois fenômenos psicosociais, os quais assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação. A humilhação social por sua vez, apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do

²¹ATHAYDE, 2005, p. 175.

²²STREY, Marlene Neves. Identidade. In: **Psicologia social contemporânea**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

²³COSTA, Fernando Braga da. Garis um estudo da psicologia sobre a invisibilidade pública.

<http://www.bv.fapesp.br/pt/publicacao/6180/garis-um-estudo-de-psicologia-sobre-invisibilidade-publica/> (2000)

²⁴Op. Cit., 2000, p. 62 e ss.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui assim um problema político.

A questão da identidade surge como central quando pensamos na condição que estes jovens se encontram como resultado do preconceito e da invisibilização social. Para a psicologia social, a identidade se constitui por meio das relações sociais e em determinados contextos históricos e culturais. Esta perspectiva vem confrontar visões essencialistas, subjetivistas e deterministas da psicologia, pois concebe o sujeito como constituído e constituinte pela/da cultura e da sociedade em que vive, explica Strey apud Maheirie²⁵.

Portanto, não podemos considerar estes jovens nem produtos ou produtores da sociedade, pois, o sujeito é constituído pelas possibilidades que dispõe em sua existência e, também, pela sua capacidade de transformá-las e superá-las, já que é autor de sua história singular e coletiva dentro de determinadas condições sociais e históricas.

Em nossa sociedade há modelos valorizados e almejados de identidade, fundamentalmente, valores sustentados pelo sistema neoliberal e capitalista. No caso dos jovens, o valorizado é ser branco, ocidental e de classe média e alta. Com relação a isso, Gureschi²⁶ conceitua as políticas de identidade enquanto valores ideológicos que postulam subjetividades ideais que causam discriminação e sofrimento em relação aqueles que não estão inseridos nesta categoria. A partir de uma compreensão de que a identidade se constitui a partir da realidade discursiva, o estudo de Guareschi investiga de que forma os diferentes sentidos produzidos na favela e fora dela interpelam a construção da identidade de crianças e jovens moradores de uma favela de Porto Alegre.

Acredita-se que o ato infracional será uma oportunidade não apenas de chamar a atenção da família, mas de trazer bens materiais e propiciar a estes jovens alcançar as marcas identitárias tão almejadas na sociedade para se subjetivarem de forma mais positiva e enfrentarem suas relações com uma maior auto-estima em relação a si e aos seus projetos de vida.

²⁵ MAHEIRIE, Kátia. *Constituição do sujeito, subjetividade e identidade*. *Interações*, v. 13, n.7. São Paulo.2002, p. 31 a 44. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35401303>. Acesso em: 15 mar. 2015.

²⁶ GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; OLIVEIRA, Fernanda Pacheco; GIANECHINNI, Letícia Goldenberg; COMUNELLO, Luciele Nardini; PACHECO, Milena LeAL. Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Psicologia em estudo*. Vol. 8, n.1, p. 45.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Portanto, para compreendermos quais as mobilizações que levam uma criança ou um jovem a entrarem para atividade do tráfico de drogas e os efeitos criminais desta prática, precisamos construir um olhar que transcendam explicações lineares e deterministas, seja pelo viés psicopatológico ou econômico.

Torna-se necessário elaborarmos reflexões que contemplam os aspectos objetivos e psicossociais para compreendermos este fenômeno tão recorrente e prejudicial, tanto para estas crianças e jovens, como para a sociedade como um todo. Esta problematização é fundamental para a elaboração de políticas públicas e medidas judiciais que provoquem, de alguma maneira, resolutividade, e não apenas, punição, coerção ou assistencialismo.

Sendo assim, irá se refletir sobre o papel da mídia tanto na construção de estigmas no que toca a esses jovens e a periferia, sua influência sobre seus desejos e valores, além de se observar como está pode ser utilizada pela comunidade e pelos jovens como arma e instrumento de efetivação de direitos e oportunidade.

3 UM OLHAR ATENTO PARA O PAPEL DA MÍDIA NA PERIFERIA: A COMUNIDADE SE TORNA O ATOR PRINCIPAL NA DISSEMINAÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS ATRAVÉS DA MÍDIA COMUNITÁRIA.

Para compreender um pouco a construção do discurso midiático sobre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas, irá se utilizar dois trabalhos acadêmicos publicados no Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, realizado pela Universidade Federal Fluminense, realizado no ano de 2013. Ambas as pesquisas utilizaram a revista *Veja* pela sua amplitude nacional, como fonte de reflexão sobre o discurso produzido sobre os jovens envolvidos com o tráfico de drogas, e como suas reportagens acabam direcionando a construção de opinião dos indivíduos.

Alessandra Vieira Affonso²⁷ utiliza duas reportagens realizadas pela supracitada revista, como parâmetro de seu trabalho, uma com o título “Na guerra contra o crime”, de 31 de março de 2010 e a outra “A guerra começa a ser vencida”, datada em 01 de

²⁷AFFONSO, Alessandra Vieira. *As Unidades de Polícia Pacificadora na Mídia*. Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 1, 2012, p. 5. Disponível em: <http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/1/1>. Acesso em 28 de mar. 2015.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

dezembro de 2010, percebe-se inicialmente uma orientação de discurso por meio de uma analise superficial de ambos os títulos. Sobre as referidas reportagens a autora destaca que:

Ao se afirmar a existência de uma guerra se pressupõe a existência de dois pólos: um positivo, o bem, e o outro negativo, ou seja, o mal. Afinal, na guerra temos lados em oposição, um contra o outro. Nessa direção de sentidos, o lado do bem está contra o lado do mal, e deve vencê-lo, ou ainda, deve exterminá-lo. [...] Nessa perspectiva discursiva, em que o bem deve exterminar o mal, matar os sujeitos 'inimigos da paz' se justifica, ou melhor, se legitima pelo Estado. Esses sujeitos tornam-se os 'inimigos da paz' e, em nome da paz no Rio de Janeiro, esses 'inimigos' devem ser eliminados. O lado do mal é ocupado discursivamente na revista pelo crime, pelo tráfico nas favelas. A mídia promove o silenciamento dos sujeitos que ocupam este lugar, o do mal, e das contradições existentes em seu interior. Assim, tendo em vista que um dizer apaga necessariamente outros dizeres, ao se falar em tráfico não se fala das condições de vida desses sujeitos que habitam as favelas. Não se fala na ausência do Estado que falha em seu lugar de articulador simbólico e político.

Ao encontro Orlandi²⁸, acentua que “a sociedade sempre encontrou formas de categorizações ‘legítimas’ para poder exercer seu poder de exclusão”, e corrobora Viviane Sales dos Anjos²⁹, ao explicar que a linguagem utilizada por esse meio de comunicação para definir e tratar a temática jovem, drogas e tráfico, além de ressaltar em sua fala o estigma fruto desse discurso limitador, atenta que consequentemente acaba por relacionar esses jovens a um contexto simbólico de repulsa, marginalidade e medo perante os olhos da sociedade, como se percebe:

Dentre as 17 reportagens analisadas sobre os traficantes de drogas, verifica-se que a designação "jovens líderes" para traficantes é usada poucas vezes, e nenhum nome específico é dado a um desses integrantes do grupo. Ao se falar de traficantes que trabalham para o tráfico de drogas ou são vítimas dele, a palavra "jovem" é mais utilizada para designá-los. No caso dos que trabalham, além da palavra "jovem", são designados também de jovens soldados, meninos, crianças, garotos, adolescentes, como é possível verificar na reportagem "Soldado do pó" (Veja, 25/06/1997). Essas designações revelam um choque social, na medida em que, apesar da pouca idade, os jovens, meninos, crianças, garotos, adolescentes já estão marginalizados.

²⁸ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Ed. Pontes. Campinas. 2009, p.72.

²⁹ANJOS, Viviane Sales dos. *Diferentes tipos de liderança: a discursividade jovem na mídia impressa*. Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 2,2013, p. 190-195. Disponível em:

<http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/46/41>. Acesso em 28 de mar. 2015.

3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE

EDIÇÃO 2015

V CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES E DOCENTES DE DIREITO E INFORMÁTICA - REDE CIIDDI



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

O Observatório de Favelas, por meio do projeto “Mídia e Favela”³⁰ analisou durante seis meses três jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, e concluiu que todo o material jornalístico referente a temas ligados às favelas e espaços populares “em todos os seis meses “violência, criminalidade e drogas” foram os temas predominantes na construção das narrativas jornalísticas sobre estes territórios, chegando a corresponder a mais de 70% das pautas”.

No que toca a concentração dos meios de comunicação no Brasil, a pesquisa acima ainda colaciona que:

Ocorre que o grau de radicalização da democracia continua sendo diretamente proporcional a pluralidade e diversidade de ideias e valores que circulam pelo espaço público. É claramente desproporcional, no entanto, o grau de circulação dos diferentes discursos sociais, dependendo de quem os produz. No caso brasileiro, apenas sete grupos controlam 80% de tudo o que é visto, ouvido e lido. (grifo nosso)

A partir deste entendimento, visualiza-se uma distância sombria entre o discurso de uma das principais revistas formadoras de opinião do País, do que exala os princípios e garantias de proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente³¹ e do Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento Socioeducativo³². Ressalta-se, que o supramencionado Estatuto garante conforme as diretrizes da Carta Magna³³ a absoluta prioridade a garantia e atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, bem como a proteção integral, conforme explanam os arts. 3º e 4º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

³⁰ Mídia e Favela, disponível em http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Midia-e-favela_publicacao.pdf, 2012, p.11, acesso em 10 de mar.2015.

³¹ Estatuto da Criança e do Adolescente, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm, acesso em 10 de mar. 2015.

³² Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm., acesso em 10 de mar. 2015.

³³ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucionalizacao/constitucionalizacao_compilado.htm, acesso em 10 de mar. 2015.

3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE

EDIÇÃO 2015

V CONGRESSO IBEROAMERICANO DE INVESTIGADORES E DOCENTES DE DIREITO E INFORMÁTICA - REDE CIIDDI



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (grifo nosso).

Percebe-se, que apesar de um discurso muitas vezes limitador e de exclusão sobre a imagem dos jovens e da periferia, a tecnologia e principalmente os meios de comunicação dão a possibilidade de escuta, reconhecimento e disseminação de projetos que buscam o reconhecimento, a efetivação de garantias e a luta pela efetivação dos direitos fundamentais (CRFB) através das chamadas mídias comunitárias. Segundo a comentada pesquisa Mídia e Favela³⁴, “entre os tipos de veículos mais comuns identificados pelo levantamento estão os blogs (23), seguidos de jornais impressos (18) e rádios (12)”.

Pode-se destacar alguns veículos de comunicação como o jornal “O Cidadão - A comunicação Comunitária do Conjunto de Favelas da Maré”³⁵ que busca em sua linha editorial a defesa e garantia dos Direitos Humanos, dando espaço para as demandas da comunidade, incentivando a integração dos jovens com as demandas e temáticas comunitárias, sendo assim, um instrumento de valorização e consolidação de identidade tanto para o local, quanto para os moradores.

Podemos ainda destacar outros veículos de mídia comunitária, como a Rede Cipó que trata de temas ligados a infância e juventude, a Rede Viva Rio, que congrega 417 rádios comunitárias fluminenses, além de promover cursos de capacitação de radiojornalismo, produção e locução para a comunidade, a Rede Cipó³⁶ de comunicação interativa no Estado da Bahia, que desenvolve projetos como o “projeto agentes da comunicação”, que visa “forma grupos de jovens para atuarem como agentes de comunicação para o desenvolvimento local, (...) para atuarem como co-gestores de centros de multimídia comunitária, construindo e implementando novas formas de intervenção”.

Conclui-se assim, que a mídia comunitária surge como meio de garantir os direitos tanto da comunidade, como desses adolescentes por meio de atividades de educação pela comunicação, pela mobilização social com o envolvimento dos jovens e demais atores locais.

³⁴Mídia e Favela, 2012, p. 25

³⁵Jornal o Cidadão, disponível em http://jornalocidadao.net/?page_id=9, acesso em 10 de mar. 2015.

³⁶Rede Cipó, disponível em: <http://www.cipo.org.br/portal/#>, acesso em 10 de mar. 2015.



CONCLUSÃO

A combinação preto e pobre continua sendo fator de destaque quanto da análise quantitativa dos jovens brasileiros envolvidos com fatos em desconformidade com a lei. A exclusão do jovem marginalizado também se confirma, e este quadro se deve tanto a fatos familiares como a responsabilidade de toda a sociedade que se omite diante da tragédia anunciada. A mídia, enquanto veículo de informação e formação, trabalho no sentido de perpetuar essa exclusão e fomentar o estereótipo do jovem excluído.

Dentro deste contexto, o que se pode concluir com o presente trabalho é que a mesma mídia que fomenta o preconceito, pode ser utilizada como ferramenta de inclusão, se seus operadores forem oriundos da comunidade e sociedade onde possuem sentimento de pertencimento.

A mídia alternativa produzida pela própria comunidade se torna um instrumento de emponderamento do jovem e da comunidade e ferramenta para o exercício da democracia, promovendo não apenas a inclusão social, mas o acesso a uma série de direitos e garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Alessandra Vieira. **As Unidades de Polícia Pacificadora na Mídia**. Anais do I Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 1, 2012, p. 5. Disponível em: <http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/1/1>. Acesso em 28 de mar. 2015.

ANJOS, Viviane Sales dos. **Diferentes tipos de liderança: a discursividade jovem na mídia impressa**. Anais do II Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 2, 2013, p. 190-195. Disponível em: <http://www.uff.br/las/periodicos/index.php/seminariointerno/article/view/46/41>. Acesso em 28 de mar. 2015.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. FAAR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna**. 6ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm, acesso em 10 de mar. 2015.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; OLIVEIRA, Fernanda Pacheco; GIANECHINNI, Letícia Goldenberg; COMUNELLO, Luciele Nardini; PACHECO, Milena Leal. **Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela**. *Psicologia em estudo*. Vol. 8, n.1, p. 45-53, 2003.



27 a 29 de maio de 2015 - Santa Maria / RS

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

GROPPÓ, Luís Antônio. **Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

LANE, Silvia Maurer; SAWAI, B.B. (Eds). **Avanços da Psicologia Social na América Latina. Novas veredas da Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade.** *Interações*, v. 13, n.7. São Paulo. 2002, p. 31 a 44. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35401303>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Observatório de Favelas. **Mídia e Favela:** levantamento de veículos de comunicação alternativa em favelas e espaços populares, disponível em http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Midia-e-favela_publicacao.pdf, Rio de Janeiro, 2012, p.11, acesso em 10 de mar. 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Ed. Pontes. Campinas. 2009.

PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes, justiça.** São Paulo: Imaginário, 1995.

SILVA, Joelson de Souza. **“Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006”.** Observatório de Favelas. Rio de Janeiro. 2006.

SOUZA e SILVA, Jailson. **Violência nas comunidades e nas ruas. Até quando?** . In: UNICEF (org.). *Direitos Negados. A violência contra a criança e o adolescente no Brasil.* Brasília, UNICEF, 2005.

SUDA, Joyce; SOUZA, Lídio. (2006). **Identidade social em movimento:comunidade japonesa na grande Vitória.** *Psico*, v. 8, n.2, p.72-80.

STREY, Marlene Neves. **Identidade.** In: **Psicologia social contemporânea.** 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VERONESE, Josiane Petry. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões.** Ed. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2001.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes.** São Paulo: Palas Athena, 2008.